

HEREGES NOS MARES DE DEUS: A AÇÃO DE CORSÁRIOS COMO EPISÓDIO DAS GUERRAS DE RELIGIÃO NO SÉCULO XVI

HERETICS IN GOD'S SEAS:
THE ACTION OF BUCCANEERS AS NA EPISODE OF THE
WARS OF RELIGION IN 16th CENTURY

Luiz Estevam de Oliveira Fernandes
Universidade Federal de Ouro Preto

Correspondência:

Departamento de História – ICHS

Rua do Seminário, s.n. Centro - Mariana – MG. CEP: 35420-000

E-mail: leof79@gmail.com

Resumo

Este artigo procura situar as ações de corso e pirataria contra os territórios espanhóis como episódios das Guerras de religião do século XVI. A pirataria é abordada como peça da engrenagem mercantil, da formação dos Estados modernos. Sem abandonar tais premissas, buscamos estudar a ação de piratas também como forma de ataque religioso e como forma de defesa igualmente cristã da verdade da fé, numa construção especular entre espanhóis e “luteranos”, tanto sociocultural quanto retórica.

Palavras-chave Pirataria, Guerras de Religião, História Atlântica.

Abstract

This article seeks to place the actions of privateering and piracy against Spanish territories as episodes of the 16th century's wars of religion. Piracy is often addressed as a component part of mercantilism, of the modern states formation. Without abandoning these assumptions, we propose studying the actions of pirates as a form of religious attack and defense of the Christian faith truth, in a specular social-cultural and rhetorical construct between Spanish and “Lutherans”.

Keywords: Piracy, Wars of Religion, Atlantic History.

Al tempo que pasaba lo referido en la conquista de Caracas se hallaban en la ciudad de Coro el gobernador don Pedro Ponce de León y el señor obispo don fray Petro de Agreda, y llegada la noche del día 7 de septiembre surgió sin ser sentido en el puerto un navío de corsarios ingleses, y echando la gente en tierra, al romper el alba el día siguiente acometió a la ciudad que, hallándose desprevenida entre las confusiones de un asalto repentino, no pudieron sus vecinos valer-se de otra defensa que la que permitió el susto, afianzando con la fuga su seguridad; y aun ésta fue necesario ejecutarla con la prisa, que obligó a sacar lo cargado al señor obispo y esconderlo en el retiro de un monte, porque no quedase expuesta su persona y dignidad a los desacatos de aquella canalla infiel que, apoderada de la mísera ciudad, no satisfecha su rabia con las hostilidades del saco, cometió su bárbara insolencia en los vasos sagrados e imágenes de la catedral con sacrilegios que acostumbra la herética perfidia. José de Oviedo y Baños, *Historia de la Conquista, y población de la Provincia de Venezuela*, 1723, p. 176. Sobre o ataque de Nicolás Valier, em 1567.

Introdução¹

A Nova Espanha tinha cerca de 60 anos de existência quando um seráfico nascido na Espanha, mas radicado havia anos naquelas terras de além-mar, escreveu o terceiro livro de sua obra *Historia Eclesiástica Indiana*. O velho franciscano iniciava a narrativa com uma comparação bastante curiosa. Jerónimo de Mendieta queria nos contar como, na Conquista daquelas terras, Hernán Cortés parecia ter sido “enviado de Deus como outro Moisés para livrar os naturais [...] da servidão do Egito”.

¹ Agradeço muito a Anderson Roberti dos Reis e a José Alves de Freitas Neto pelo convite para escrever para este dossiê. Também estou em débito com os alunos da disciplina “História Atlântica” ofertada no PPGHIS-UFOP e na graduação sob o nome “Guerras de religião em perspectiva atlântica”, pela chance de expor muitas destas ideias pela primeira vez em público. No mais, agradeço à FAPEMIG pelo financiamento do projeto de pesquisa que inclui estas conclusões parciais, ao DEHIS-UFOP pelo ano de deliberação para pós-doutoramento na Universidade do Texas, sob a supervisão de Jorge Cañizares-Esguerra, a quem também estendo meu obrigado. Por último, mas não menos importante, devo muito ao financiamento dado pelo PRONEM-Fapemig do Núcleo de Estudos de Historiografia e Modernidade para uma viagem de estudos à Flórida, onde pude estagiar na Universidade da Flórida e na Universidade de Miami. Além do apoio financeiro, agradeço aos colegas do NEHM e do GEHA pelas observações e indicações de leitura que tanto enriquecerem este texto. Também agradeço a Rui A. Fernandes pela ajuda de sempre com a revisão, a Luciano César Garcia Pinto pelo auxílio com a documentação em latim e alemão e a Manuel Suarez pelas cópias de processos da Inquisição no AGN-México. As ideias aqui expostas, contudo, são de minha inteira responsabilidade.

Para isso, começou um raciocínio tipológico e retórico. Tipológico porque fazia leitura do Antigo Testamento para prefigurar eventos que distavam pouco no tempo. Retórico porque se valia de Cortés como um *exemplum*, um elemento hiperdimensionado (amplificação), sobrenatural por sua eleição divina e, por isso, de virtudes hiperbólicas que deveriam ser louvadas. Em outras palavras, Cortés encontrava parâmetro em Moisés, que, no Egito, enfrentara o Faraó para livrar seu povo do jugo despótico em que se encontrava. Em Êxodo (4:10), ficamos sabendo que Moisés tinha a “língua pesada”, problema que a tradição associou à gagueira. Para contornar esse problema e levar a mensagem de Deus ao Faraó, a Providência escolheu o irmão de Moisés, Arão, como seu porta-voz e braço direito. Já para Cortés, que não sabia línguas indígenas e, portanto, não conseguiria comunicar-se com Montezuma e os demais líderes nativos, Deus enviara dois intérpretes, fundamentais para que a mensagem de libertação fosse espalhada: Malinche e Jerónimo de Aguilar. O capitão da Conquista era um libertador, sem dúvida: atravessara o Mar Oceano para livrar os naturais do jugo do demônio e abrir caminho para que os padres, os mendicantes em especial, pudessem pregar livremente a Boa Nova.

Realizando exercício retórico, Mendieta, ao lado da fama precisava encontrar a infâmia. E o vitupério recaiu sobre Martinho Lutero. Como prova da eleição divina de Cortés, o franciscano estabeleceu uma série de paralelos temporais e um inimigo: o diabo. Cortés nascera em 1485, mesmo ano em que os indígenas puseram termo à vida de 80.400 pessoas em macabro festival realizado na cidade do México, no “templo mayor de los ídolos”, que havia acabado de ser construído. Diante do “clamor de tantas almas y sangre humana derramada en injuria de su Criador”, Deus escolhera Cortés “como á otro Moisen á Egipto”. No velho Mundo, naquele mesmo ano, nascera Lutero, outra prova da singular eleição de Cortés para se tornar instrumento através do qual se abriria a porta e se faria caminho:

á los predicadores de su Evangelio en este nuevo mundo, donde se restaurase y se recompensase la Iglesia católica con conversion de muchas ánimas, la pérdida y daño grande que el maldito Lutero habia de causar en la misma sazon y tiempo en la antigua cristiandad. De suerte que lo que por una parte se perdía, se cobrase por otra. Y así, no carece de misterio que el mismo año que Lutero nació en Islebio, villa de Sajonia, nació Hernando Cortés en Medellin, villa de España; aquel para turbar el mundo y meter debajo de la bandera del demonio á muchos de los fieles que de padres y abuelos y muchos tiempos atras eran católicos, y este para traer al gremio de la Iglesia infinita multitud de gentes que por años sin cuento habian estado debajo del poder de Satanás envueltos en vicios y ciegos con la idolatría².

Cabe-nos ressaltar que Lutero não nasceu em 1485 como o capitão de Medellín, mas sim em 1483. A imprecisão temporal era absolutamente corriqueira em

² MENDIETA, Gerónimo. *Historia Eclesiástica Indiana*. México: Cien de México/Conaculta, 1997, p. 304-308.

textos do século XVI. Mas, nesse caso em específico, servia ao paralelo retórico e tipológico de Mendieta. Que não se encerrava com o nascimento de Cortés/Lutero e o findar do Templo Mayor, com o subsequente banho de sangue que lhe servira por batismo. O religioso também elegia o ano de 1519 como outro momento-chave no misterioso plano divino de compensação de almas à cristandade. Naquele ano, para Mendieta, Lutero começara a “corromper el Evangelio entre los que lo cono- cian y tenian tan de atras recebido”, ao passo em que Cortés iniciara sua divulga- ção, de forma “fiel e sincera”, “á las gentes que nunca de él habian tenido noticia, ni aun oido predicar á Cristo”.

Talvez Mendieta se reportasse à morte de Maximiliano e à eleição de Car- los I como seu sucessor no trono do Sacro império, momento chave da virada com- bativa a Lutero. Mas o mais provável é que estivesse mesmo realizando outra com- paração de comprovação dúbia, mas de efeito patético e catártico inquestionável. O demônio, por meio de seus asseclas Lutero e sacerdotes indígenas, tinha um plano de dominar todo o mundo e tal plano iniciava-se em 1485. Deus, em sua onisciên- cia, escolhera Cortés como seu instrumento para, na perda da unidade cristã do Velho Mundo, inundar a cristandade com outras milhões de almas advindas do Novo Mundo.

Podemos pensar que tal raciocínio heterodoxo não fosse mais aceitável pe- la ortodoxia tridentina que se instalava no México com a implantação da Inquisi- ção, com a chegada do bispo Alonso de Montúfar e dos jesuítas, bem como com a realização do Segundo Concílio Mexicano. De fato, todas essas medidas concorre- ram para solapar o projeto seráfico de conversão do Novo Mundo através do ca- risma e do Santo Evangelho, colocando uma Igreja mais formal e dogmática em seu lugar. Antonio Rubial ainda nos chama a atenção para o fato de que Mendieta escrevia à luz de outras mudanças profundas pelas quais a Nova Espanha passava: “la aparición de grupos desarraigados como los mestizos, los indios plebeyos enri- quecidos, los esclavos negros, los criollos y los emigrantes españoles” havia que- brado “el esquema tradicional” dos franciscanos, que concebia a sociedade no- vohispana como sendo “formada por dos repúblicas independientes y separadas, una de españoles y otra de índios”³.

Mas essas ideias na verdade iam ao encontro da ortodoxia e da tradição de se pensar Lutero como artífice e mola mestra da quebra da cristandade. Entre 1520 e 1521, enquanto o monge reformista recebia uma bula papal advertindo-o de sua possível excomunhão e respondia a ela com a publicação de obras seminais de sua pena, Cortés enfrentava sua “Noite Triste” em meados de 1520 e preparava o cerco de Tenochtitlan por todo o ano seguinte. Ou seja, formalmente a Nova Espanha

³ RUBIAL García, Antonio. Ángeles en carne mortal. Viejos y nuevos mitos sobre la evangelización de Mesoamérica. *Signos históricos*, México, n. 7, pp. 19-51, enero-junio, 2002, p. 22.

sequer existia⁴. A simultaneidade desses dois episódios, a Conquista do México e o início da Reforma, não passou despercebida às consciências da época. Pedro Mártir de Anglería, cronista real de Espanha desde 1520, por exemplo, já relacionara os acontecimentos religiosos de seu tempo com a presença ibérica nas Américas: afirmava viver o pináculo dos tempos, com a queda dos mouros em Granada, a navegação de Colombo; como contraponto, o mesmo cronista italiano afirmou, em 1522, que as ideias luteranas proveriam grandes calamidades⁵. Com o passar do século, esse paralelo continuou a encontrar eco nos textos de cronistas espanhóis, como Oviedo e Mendieta.

Essa comparação expõe-nos um mundo que se entendia cindido, em guerra pela verdade de Deus, pela Salvação que sua palavra podia trazer. Nem todos puderam perceber, à época, que o mundo era maior do que a experiência de cada um era capaz de mostrar. O próprio Lutero mal menciona América em seus textos. Ainda em 1520, testemunhando a expansão do catolicismo pelo Novo Mundo recém-descoberto, valeu-se de Mateus 23:15 como uma revelação e, ao mesmo tempo, como uma previsão pessimista: a colonização levada a cabo pela Espanha “papista”, juntamente com o direito moral único, a ela atribuído pelo Sumo Pontífice, de domínio do Novo Mundo justamente como extensão da prédica do Evangelho que deveria fazer, resultaria em algo equivalente a “llenar el mundo de sacerdotes, monjas e monjes”, situação por demais insuportável para um homem que, em 1538, deixou claro que preferia viver entre turcos do que entre espanhóis⁶. Mesmo assim, é justo afirmar que a centralidade de sua visão de mundo era o Sacro Império e o mundo papal que o cercava.

Mas a América deixava de ser a periferia das ações religiosas para se tornar seu centro, por mais que Lutero estivesse ocupado com seus próprios problemas: “com o delinear-se das descobertas geográficas americanas e da Reforma protestante, realizou-se uma profunda (e insanável) fratura em relação ao mundo herdado da Idade Média. A troca de símbolos que se realiza nessa época torna-se emblemática dessa ruptura: em contraposição à “missão” de libertar o Santo Sepulcro (a centralidade simbólica do cristianismo medieval representada por Jerusalém), impõe-se (gradativamente [...]) a necessidade de contrastar, em toda a superfície terrestre,

⁴ Sua primeira menção aparece na Segunda Carta de Relação escrita por Cortés ao imperador, data de 30 de outubro de 1520. Cortés sugere a Carlos V que acate sua sugestão de se nomear as áreas recém-conquistadas como Nova Espanha do Mar Oceano. Cf. FERNANDES, Luiz Estevam de O. *Patria Mestiza: a invenção do passado nacional mexicano (séculos XVIII e XIX)*. Jundiá: Editorial Paco, 2012. Em especial, cap. 1.

⁵ Cf. GERBI, Antonello. *La naturaleza de las Indias nuevas*. México: F. de Cultura Económica, 1978, caps. 2 e 3.

⁶ *Apud* MAYER, Alicia. *Lutero en el Paraíso. La Nueva España en el espejo del reformador alemán*. México: Fondo de Cultura Económica/Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 2008, p. 33-34.

um multiforme e imprevisível inimigo: o Demônio”⁷. E o diabo havia se retirado para o Novo Mundo. Outro grande pensador do século XVI, o jesuíta Jose de Acosta, estando no Peru, escreveu que, uma vez extirpada a idolatria da “mejor y más noble parte del mundo”, o Diabo “retiróse a lo más apartado y reinó en estotra parte del mundo, que, aunque en nobleza muy inferior, en grandeza y anchura no lo es”⁸.

Tanto em Lutero quanto em Acosta, a América parece ser uma periferia da ação de luta pela verdade da Palavra. Na verdade, porém, como tentaremos demonstrar neste artigo, duas das maiores consciências dos quinhentos pouco conseguiram perceber a centralidade do Novo Mundo para este debate. Embora a Europa se visse sitiada por turcos “infieis” e com inimigos internos da fé, como os “hereges evangélicos” (numa visão católica), os “papistas” (sob a ótica das várias denominações protestantes) ou os judeus (num preconceito comum aos dois lados), a luta deixava de ser pelas Terras Santas (objetivo primeiro de Colombo, por exemplo) para ser uma luta contra o demônio e seus agentes. Essa luta, uma verdadeira guerra espiritual, travou-se dos dois lados do Atlântico, para não dizer no mundo como um todo.

Neste texto, veremos como a ideia de guerra de religião estendeu-se para o Novo Mundo e nele foi travada como eixo normativo dos acontecimentos. A simultaneidade da percepção do tempo mostrada pela retórica de Mendieta tinha lógica que extrapolava seu texto e estava nas linhas de muitos outros homens do século XVI: a América servia como contrapeso ao que ocorreu na Europa. Se lá um agente de satã cindira a cristandade, cabia aos espanhóis assegurar que o Novo Mundo continuasse a ser um celeiro inexpugnável de almas para o seio da Igreja católica. E, nesse contexto, como demonstraremos, a pirataria deixou de ser apenas um problema econômico, político e diplomático para se tornar mais um campo de batalha nas guerras de religião. Melhor dizendo, o campo religioso estruturava a percepção de política e cultura dos quinhentos. Nesse sentido, os problemas causados pelos piratas no Novo Mundo, na medida em que “infestavam” os mares de “hereges”, extrapolavam a esfera do saque e das guerras entre nações, para se tornarem uma luta pelas almas das pessoas, condenando-as à danação ou salvação.

⁷ AGNOLIN, Adone. Catequese e Tradução: Gramática cultural, religiosa e linguística do encontro catequético e ritual nos séculos XVI-XVII In: MONTERO, P. (Org.), *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006, p. 144.

⁸ ACOSTA, José de. *História Natural y Moral de las Indias*, libro V, capítulo I. Alicante: Edición Digital Alicante de la Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 1999. Disponível em: <http://bib.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/sibid/12471630833470495210657/index.htm>. Acesso em: 01 mai. 2014. Devo a indicação desta passagem ao trabalho de Eduardo Ruz, a quem agradeço.

Luteranos infestando as águas de Deus

Há duas metáforas que gostaríamos de explorar neste item, fundamentais para entender a tese que lançamos. A primeira é a do contágio, da infestação; a segunda é da fé ligada às águas, a mares e a embarcações. Ambas estão relacionadas a uma antiga noção de que as ideias se propagam como vagas e, sendo perigosas, podem contaminar pessoas sem precaução. Quando se tratava do universo religioso, a imprensa apenas amplificou essa percepção. Jean Delumeau nos informa que 75% de tudo o que foi impresso entre 1445 e 1520 tinha cunho religioso: a *Imitatio Christi*, a *Bíblia dos pobres*, o *Espelho Humano da Salvação*, a *Ars moriendi*, a *Vita Christi*; textos que já conheciam farta circulação na forma manuscrita apenas encontraram reforço com suas inúmeras edições. Somente a *Imitatio* conheceu cerca de 60 edições em diversas línguas antes de 1520. Muitas edições da Bíblia também circularam, várias em língua vernácula, antes mesmo da edição alemã de Lutero ter inaugurado outra onda de traduções do texto sagrado⁹.

Nessas ondas de interpretações individuais da piedade cristã, muitos alertaram para a subversão de crenças e que apenas o texto bíblico seria uma tábua de salvação, uma rocha em mares revoltos. Sebastian Brant, o humanista e satirista da Basileia, que tantas vezes apelou a Maximiliano para que expulsasse a “ameaça turca” e louvou Fernando de Aragão pela expulsão dos mouros, inscreveu, em sua versão da *Nau dos insensatos ou Nau dos loucos* (*Das Narrenschiff*¹⁰, 1494), a cristandade em um navio, comandado por Pedro. A Nau de Pedro era constantemente afligida por ondas, em um revolto mar repleto de inverdades advindas das interpretações livres e errôneas das Sagradas Escrituras. Isso seria fruto do Anticristo, ele próprio presidindo outra nau, uma embarcação maligna capaz de penetrar nos espíritos, contagiando-os com seus males¹¹. Ou seja, a noção de que a verdadeira fé era uma nau-bastião a combater perigos em mares tomados por vagas de maldade e insensa-

⁹ DELUMEAU, Jean. *Nascimento e afirmação da reforma*. São Paulo: Editora Pioneira, 1989, p. 77.

¹⁰ Em seu *História da Loucura*, Michel Foucault atesta que, no fim da Idade Média, início da Era Clássica. “a água e a loucura estarão ligadas por muito tempo no sonho do homem europeu”. Na iconografia e na literatura do século XV, a nau “simboliza toda uma inquietude, soerguida subitamente no horizonte da cultura europeia, por volta do fim da Idade Média. A loucura e o louco tornam-se personagens maiores em sua ambiguidade: ameaça e irrisão, vertiginoso desatino do mundo e medíocre ridículo dos homens.” FOUCAULT, M. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 12 e 14. O filósofo francês, adiantando o início de seu *As palavras e as coisas*, nos mostra como a palavra escrita e a iconografia se separaram nesse início do que aqui chamamos de Primeira Modernidade. Para Foucault, o quadro de H. Bosch e o texto de Brant, ambos produzidos na mesma época, com o mesmo título, mostram duas realidades distintas para a loucura. Em Bosch, a loucura seria uma forma de conhecimento que nos distanciaria do Paraíso (vide a árvore de fruto proibido que faz as vezes de vela em seu barco dos loucos). Por sua vez, no texto de Brant, a loucura seria a ausência de razão, a insensatez, e não uma forma de conhecimento.

¹¹ Cf. cap. 99. Vom Verfall des Glaubens und des Reiches e 103. Vom Endchrist. O texto original, em alemão, pode ser lido em gutenberg.spiegel.de/buch/2985/1. Acesso em 03 mai. 2014. Tal texto foi editado e reeditado em tantas línguas e versões ainda durante a vida de seu autor.

tez era longe de ser espanhola, mas parecia fazer parte de um vocabulário comum da cristandade europeia anterior à reforma luterana.

Intimamente ligada à anterior, a segunda metáfora, a da ideia da heresia como uma doença que contagia, também se perde no tempo. Na Espanha ela grassou. O próprio Inácio de Loyola, por exemplo, em 1554, mesmo ano da Fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, numa célebre carta endereçada a Pedro Canísio, dizia: “*Ut igitur in adversa corporum valetudine prius ea, quae morbum efficiunt, removeri, deinde quae ad vires et bonam habitudinem confirmandam faciunt, admoveri oportet; ita in hac animorum peste in Regiis provinciis per varias haereses grassante, prius videndum est quomodo quae ejus causae sunt, excidantur; deinde quomodo catholicae et sanae doctrinae vigor iisdem restitui, et in eis confirmari possit*”¹². Ou seja, se havia doença, também havia possibilidade de cura, de remédio para o corpo doente.

No mundo pós-Lutero, era vocabulário comum aos cristãos perceber que sua fé (fosse de qualquer denominação) vivia ameaçada, atacada. Para os católicos era óbvio que os “evangélicos” eram uma ameaça. Mas o ataque poderia vir, como já afirmamos, dos judeus e de outros hereges, em especial os turcos. Para os protestantes, a recíproca era fecunda: o próprio Lutero afirmou que o anticristo tinha duas cabeças: “o Papa e o Turco”¹³.

Ao definir inimigos comuns, estabelecia-se uma relação de identidade/alteridade. De um lado, “o outro” encarnava o mal, o Anticristo, um agente de Satã. Esse Mal encarnado parecia estar debaixo de cada folha de árvore ou em cada folha de papel impressa ou manuscrita por mãos espúrias. Era capaz de contagiar, de dominar, caso se baixasse a guarda. Logo, “o eu”, repositório da virtude e da verdadeira fé, logo da Salvação, vivia em constante estado de alerta, pronto para o combate, para lutar pela fé. Algo como se o espírito das Cruzadas migrasse para o interior da Europa e atravessasse o Atlântico, quando não chegasse à distante Ásia. É claro que a Idade Média viu inúmeros combates à heresia e até mesmo cruzadas internas, como a dos albigenses. Mas, o apelo à Reconquista das Terras Santas de fato parecia ter perdido o lugar para a proteção da própria Europa (e de seus domínios de Ultramar), ameaçada interna e externamente.

Neste artigo, veremos como os espanhóis construíram esse vocabulário de ataque e previram defesas; ou, em outras palavras, buscaram conter o contágio das águas da fé com remédios que envolviam verdadeiras ações bélicas e jurídicas. Ainda que não tenha sido incomum aos espanhóis distinguirem as denominações protestantes umas das outras, o mais corriqueiro era agrupar toda a ameaça à fé sob a alcunha “luteranos”. Tais “luteranos” eram certamente agentes do mal e consistiam numa ameaça externa, diferentemente do marrano ou do mourisco, que eram ini-

¹² BRAUNSBERGER, Otto (Org.). *Beati Petri Canisii, Societatis Iesu, Epistulae et acta*. Friburgi Brisgoviae: Herder, 1896 (vol. 1), p. 489. Disponível em: <https://archive.org/details/beatipetricanis01cani>. Acesso em: 02 abril 2014.

¹³ MAYER, *Op. cit.*, p. 15

migos internos. Logo, como demonstraremos, a associação entre determinadas nacionalidades à fé que pretensamente professavam era muito comum, de sorte que um “alemão”, um “inglês” ou um “francês” eram facilmente tomados por “luteranos”. Para esse fenômeno ocorrer, a América teve papel central e fundamental.

Alicia Mayer, em seu livro *Lutero en el Paraíso*, postula uma tese muito interessante sobre o combate ao “luteranismo” na Nova Espanha. Como nunca houve, de fato, um núcleo protestante ativo e prosélito em terras ibéricas, a ameaça “luterana” adquiriu tintas de um combate retórico muito interessante, formulado sobre uma relação especular, como propusemos. Sendo os “luteranos” a encarnação do mal, a Nova Espanha, cada vez que os recusava, vilipendiava, combatia e condenava, acabava por reforçar igualmente um discurso identitário (que a autora associa ao patriotismo *criollo*) de ser aquela a terra de Deus: “El México hispanocatólico, una sociedad que latió con pulsaciones de la trasnculturación, sintió como un deber filial el sanar la vieja herida espiritual e histórica que la Reforma causó a la madre patria y, por extensión, a ella misma¹⁴” Aproveitando-me dessa tese, mas também a extrapolando, podemos dizer que Nova Espanha, ao se sentir eleita por Deus, constrói para si uma ideia de Paraíso que não deve ser maculado, de “ilha da fé”, de “barco de S. Pedro” que deveria manter afastados os hereges. A santidade de sua terra não deveria ter fissuras de ordem espiritual. Nela, “Lutero simbolizó todo lo que era digno de rechazo, de desprecio, pues así le sirvió a los novohispanos para espejar sus virtudes cristianas”. cremos que tal tese pode ser expandida para todo o mundo espanhol, sendo o combate à pirataria um de seus aspectos.

Se o Novo Mundo era uma terra do demônio antes da chegada dos espanhóis, a partir de então fora ou estava sendo reconquistada. Espécie de Éden predeterminado, de lugar de recomeço, a América leva os espanhóis à percepção de que travavam aqui uma guerra similar àquela que grassava na Europa. Se no Velho Mundo a cristandade se via ameaçada por inimigos internos (hereges protestantes ou judaizantes), e cercada por turcos, na América, por excelência uma terra de missão, também se criou a ideia de trancar o mundo da fé, salvaguardar a nau de Pedro da contaminação vinda do exterior, das vagas do Anticristo. Os inimigos aqui também eram internos: agentes de Satã encarnados em caciques, pajés, tribos inteiras, na própria natureza, que, paradoxalmente, podia ser evidência do paraíso e dar mostras de ser, por não cultivada, demoníaca. Mas os inimigos da fé, os hereges que infestavam essas paragens, podiam também estar contidos na associação entre religião e nação que mencionamos: na pequena colônia plurinacional que vivia no mundo espanhol (mas também no mundo português e, no XVII em diante, nos mundos americanos colonizados por franceses e ingleses), que contava com a presença de editores germânicos, comerciantes ingleses e holandeses, por exemplo. Não à toa, são contra um holandês e um inglês os primeiros processos por “luteranismo” levados a cabo pela Inquisição na Nova Espanha. Nesse sentido, ao se

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 17 e 18.

combater outras nações, combatiam-se inimigos externos que buscavam romper o monopólio auto imputado pelos espanhóis sobre as Índias, evitando-se a contaminação da “ilha de fé” que aqui se criava. O combate se intensificaria e se provaria inútil: “luteranos” se concentrariam no Caribe (especialmente nas Antilhas), invadiriam o Brasil e a Flórida; no século XVII, os ingleses fincariam pés definitivamente no Novo Mundo, dominando terras nas barbas da Nova Espanha e do Caribe.

Em uma época em que “amar e praticar sua religião significava muitas vezes combater a de outrem”, esses episódios eram, à consciência da época, idênticos às guerras civis alemãs da primeira metade do XVI, ou àquelas travadas na França depois de 1562, ou, ainda, à guerra dos Países Baixos: eram, sobretudo, episódios de uma imensa luta que se travava por todo o globo. Eram batalhas, guerras de religião¹⁵.

Nesse contexto de guerra de religião, de busca por cura para um corpo doente, recorramos novamente às epístolas inicianas para entrever nossa tese. Juan Alfonso de Polanco escreveu a Jerônimo Nadal, em 6 de agosto de 1552, uma receita de combate à heresia, na qual parece estar plasmada a junção de metáforas que trabalhamos neste item:

O caso é que, vendo de ano em ano vir essas armadas do turco a terras cristãs, e fazer tanto dano, arrebatando tantas almas que vão para a perdição por renegarem a fé de Cristo, que morreu para salvá-las; [...] e vendo também o mal que os corsários costumam fazer tão comumente nas regiões marítimas, nas almas, corpos e bens dos cristãos, chegou a sentir no Senhor nosso muito firmemente que o imperador deveria formar uma armada muito grande e dominar o mar [...]. E não somente se sente movido [Santo Inácio] a isto pelo zelo das almas e pela caridade, mas ainda pelo lume da razão, que mostra ser isto muito necessário, e que se pode fazer, gastando o Imperador menos do que gasta agora¹⁶.

Nesta carta do secretário de Loyola, podemos ver como o combate à heresia era uma guerra religiosa de escala global; turcos e piratas (ainda que os corsários do Mediterrâneo apenas) eram ameaças similares à unidade da fé (ou ao que sobrara dela): “infestavam” mares e terras, afastando almas da igreja, pilhando riquezas do Império. Combatê-los por terra era mister; mas o controle dos mares, especialmente na segunda metade do século XVI, era o principal remédio para sanar o corpo da Igreja.

¹⁵ Cf. DELUMEAU, *Op. cit.*, p. 162.

¹⁶ *Apud* VILLOSLADA, Ricardo García. *San Ignacio de Loyola: nueva biografía*. Madrid: BAC, 1991. p. 830.

A pirataria na Primeira Modernidade

Como vimos, se Igreja era tal qual o barco de Pedro, do velho pescador que passou a atirar suas redes em busca de cardumes de novos fieis, o Anticristo também se valia de uma nau, mas para atrapalhar os trabalhos de evangelização. A palavra “*anticristo*” foi escrita poucas vezes na Bíblia e todas elas estão no Novo Testamento, em especial nas epístolas de João. Nessas passagens, o jovem apóstolo parece dizer que o Anticristo é um espírito, um ânimo contrário aos ensinamentos cristãos (e.g. 1 João 4:3, em que lemos a palavra *spiritus*, na Vulgata). O apóstolo do Apocalipse chega a mencionar mais de um anticristo já em atividade na Terra de seu tempo (1 João 2:18).

A tradição cristã à qual tanto os reformadores católicos quanto os protestantes se fiaram criou uma leitura tipológica da figura do Anticristo, ligando o personagem descrito em João a outras passagens, veterotestamentárias em sua maioria, que mencionam opositores ou oposições à fé verdadeira ou ao povo eleito. A passagem sobre a besta de dez chifres que precederia a chegada de um rei ou soberano maléfico narrada em Daniel 7:23-28 parecia a prefiguração da besta anunciada em Apocalipse 13:1.

Para a tradição, tanto a besta quanto seu agente primeiro na Terra pareciam ser incorporações reais. Não à toa, como na xilogravura de Albrecht Dürer que ilustra o cap. 103 da *Nau dos insensatos* de Brant, o Anticristo aparece como um senhor gentil, sábio, com ares do próprio Messias. O mesmo pode ser visto em outras obras da mesma época, como naquela feita por Luca Signorelli no afresco da Capela de San Brizio, *Predica e fatti dell'Anticristo*, na qual vemos o falso Messias recebendo ordens do próprio Demônio, que fala em seu ouvido¹⁷. Tal representação remonta a lendas medievais sobre a vinda do Anticristo coletadas na *Legenda Áurea* ou na popular *Epistola ad Gerbergam reginam de ortu et tempore Antichristi*, atribuída a Adso de Montier-en-Der, do século X. Nesses textos, o Anticristo aparecia como uma imagem especular e negativa do próprio Jesus. Alguém que viria como um soberano, pregando a paz, a temperança, exterminando os flagelos da Terra e atraindo com seu carisma. Depois, tal homem se revelaria o “iníquo”, a “besta”, o Anticristo, prenunciando o final dos tempos¹⁸.

¹⁷ RIESS, Jonathan B. *The Renaissance Antichrist: Luca Signorelli's Orvieto Frescoes*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1995.

¹⁸ Cf. KOTTMAN, Karl A. *Millenarianism and Messianism in Early Modern European Culture: Volume II. Catholic Millenarianism: From Savonarola to the Abbé Grégoire*. Dordrecht; Boston; London: Kluwer Academic, 2001; ÁLVAREZ-RECIO, Leticia. *Fighting the Antichrist: A Cultural History of Anti-Catholicism in Tudor England*. Brighton: Sussex Academic Press, 2011; BUCK, Lawrence P. *The Roman Monster: An Icon of the Papal Antichrist In Reformation Polemics*. Kirksville/Missouri: Truman State University Press, (Early Modern Studies), 2014, v. 13; DAVIDSON, Jane P. *Early Modern Supernatural: The Dark Side of European Culture, 1400-1700*. Greenwood Publishing Group, 2012; EMMERSON, Richard K. *Antichrist in the Middle Ages: a study of medieval apocalypticism, Art and Literature*. Washington: University of Washington Press, 1981; MCGINN, Bernard. *Antichrist: Two Thousand years of Human fascination with evil*. Nova York: Columbia University Press, 2000.

No fim da Idade Média e ao longo de boa parte da Modernidade, várias correntes cristãs se valeram dessa tradição para acusar outras religiões ou denominações cristãs de serem protetoras ou até mesmo de terem sido formadas pelo próprio Anticristo. Tanto o Islã árabe quanto o turco carregaram essa pecha, com Maomé sendo acusado por cristãos de quaisquer denominações de ser o próprio iníquo.

Retomando a uma tradição que remontava a séculos, os reformadores protestantes também acusavam, e não poucas vezes, o Papa de ser o Anticristo. Na mesma época do descobrimento da América, por exemplo, ao redor da controvérsia gerada por Girolamo Savonarola em Florença, seus seguidores condenaram Alexandre VI como sendo o Anticristo, ao passo que o “próprio monge herético” foi chamado da mesma forma logo depois de sua morte¹⁹. Não é de se estranhar, portanto, que “a besta” fosse identificada por católicos nas fileiras protestantes.

Antes de vermos como esta lógica da barca do Anticristo alcançou enorme vulto no imaginário espanhol relativo à pirataria no século XVI pós-reforma, debrucemo-nos sobre o conceito de pirata e pirataria com o qual trabalhamos. O vocabulário para designar os “lobos do mar” é vasto: pirata, corsário, flibusteiro, bucaneiro etc. Especialistas são capazes de apontar a distinção e o uso de cada uma dessas expressões, datando-as e documentando-as²⁰. Esta não é nossa intenção neste artigo, que, neste primeiro momento, pretende tão somente demonstrar que, no período que estamos aqui abordando, a prática da pirataria e do corso era comum a todos os países europeus que navegavam o Mediterrâneo e o Atlântico. Na verdade, nem precisavam ser barcos europeus: os documentos do XVI e do XVII estão eivados de “piratas turcos” que atacavam a Carreira de Índias na entrada do Mediterrâneo. Em outubro de 1621, por exemplo, a nau Nossa Senhora da Conceição regressava de servir Portugal no estado da Índia, quando foi atacada por 17 navios “turcos”, como então se denominavam os corsários argelinos²¹. Tão comuns eram tais ataques que levaram Portugal e Espanha a atuarem em conjunto para protegerem suas embarcações mesmo antes da União Ibérica: “pelo menos desde 1522 que temos registros nomeadamente dos reis D. João III e Carlos V que em conjunto

¹⁹ Cf. SETTO, Kenneth Meyer. *The Papacy and the Levant, 1204-1571: The fifteenth century*. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1978, p. 506, para os usos que os seguidores de Savonarola deram ao termo Anticristo, atribuindo-o ao papa (ainda que o próprio Savonarola não tenha feito). Para a imagem do próprio Savonarola como Anticristo ou como um cristão exemplar, o braço direito do próprio Messias, cf. o texto de Alison Brown na edição contemporânea da coletânea de Jeremy Bentham, *Selected Writings of Girolamo Savonarola: Religion and Politics, 1490-1498*. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 365-368.

²⁰ Cf. DURAN, Leandro Domingues. *A construção da pirataria*. São Paulo: Annablume, 2011. Em especial, a Introdução; BRITO, Luis. *Señores del Caribe: indígenas, conquistadores y piratas en el mar colonial*. Caracas: Fundación Tradiciones Caraqueñas, 2001, p. 28-34; MOREAU, Jean Pierre. *Pirates*. Paris: Tallandier, 2006, p. 19-21; LUCENA SALMOVAL, Manuel. *Piratas, bucaneros, filibusteros y corsarios en América*. Madri: MAPFRE, 1992, p. 33-40.

²¹ VENTURA, Margarida Garcez & VARANDAS, José. Relato de João Carvalho Mascarenhas, um soldado português deslocado pelo mundo. *História* [online], v. 32, n. 1, pp. 8-30, 2013.

actuavam para vedar a passagem do estreito de Gibraltar a corsários turcos e franceses”²².

Mas o que seria um pirata? A palavra é inequivocamente ligada ao imaginário romantizado de uma bandeira negra com uma caveira ao centro, um aventureiro de perna de pau com um papagaio no ombro. Parte criada por romances de aventura juvenis muito populares como *a Ilha do Tesouro* (1883), de Robert Louis Stevenson, parte pelo cinema do século XX (em especial pela adaptação da Disney, de 1953, de Peter Pan), essa imagem de um grupo de aventureiros singrando os mares em busca de riquezas e tesouros escondidos em nada se aproxima da pirataria do século XVI. O misto de bandido e herói renovado recentemente na franquia hollywoodiana dos *Piratas do Caribe*, no entanto, parece ter lastro documental. De fato, há documentos da época que se referem aos corsários como aventureiros, como na tradução francesa do livro do pirata Alexandre Olivier Exquemelin, *Histoire des aventuriers qui se sont signalez dans les Indes* (1686). Mas a pecha de bandidos do mar, “lobos do mar” como se denominou em inglês, também caminhava junto da ideia de aventura.

A História da pirataria não é pródiga em fontes primárias. Poucos registros de bordo sobreviveram; alguns corsários publicaram o relato de suas “aventuras”. O grosso das fontes vem de autoridades espanholas reportando as ações que sofriram ou de crônicas religiosas que comentavam o assunto.

Curiosamente, há muita literatura sobre o assunto, escrita do século XVII em diante. Da soma da escassez de fontes e das páginas produzidas posteriormente sobre essas navegações, podemos saber que os homens que se lançavam ao corso e à pirataria tinham as mais variadas origens. Giovanni da Verrazzano certamente teve boa educação e conhecia cosmografia. Alguns poucos, como o aristocrata Jean D’Estrées, vice-almirante e comandante das frotas do Poente de Luís XIV, eram nobres de primeiro escalão. O mesmo vale para John Hawkins, almirante da marinha inglesa nos tempos elisabetanos. Mas a maioria, sem dúvida, era de baixa nobreza ou de origem não nobre, valendo-se do corso para adquirir títulos de nobreza, como no caso de Walter Raleigh. Francis Drake, filho de fazendeiros que se tornou vice-almirante inglês, é outro caso representativo da transposição da origem humilde à fama e aos títulos nobiliárquicos. Manuel Lucena Salmoval faz uma comparação interessante: “La piratería fue para los ingleses y franceses una vía de enoblecimiento, como la conquista fue para los españoles”²³. Ainda assim, estamos falando dos capitães, de algumas dezenas de homens. A massa de marujos que servia aos seus comandos era composta por um sem número de pobres, aprisionados por leis de recrutamento forçado de indigentes, servos vendidos ou contratados em condições questionáveis.

²² ALBERTO, Edite. Corsários argelinos na costa atlântica – o resgate de cativos de 1618. *Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime: Poderes e Sociedades*. CHAM-UNL, 2005, p. 4-5.

²³ LUCENA SALMOVAL, *Op. cit.*, p. 30.

Embora seja comum encontrar muitas periodizações sobre a pirataria, há dois consensos que seguimos. O primeiro diz respeito ao início e ao fim dessa atividade. Ela teria terminado no século XVIII, em especial depois da assinatura do Tratado de Utrecht, em 1722. Essa data marcaria o fim da hegemonia espanhola nos mares e a presença consolidada de ingleses, franceses, holandeses e até mesmo de suecos e dinamarqueses no já não tão Novo Mundo. A atividade teria começado tão logo espanhóis e portugueses declararam o monopólio do mar Oceano, ainda no período dos descobrimentos. Alguns, como Lopez Zea, datam essas primeiras atividades de 1497; outros, como Salmoval, datam de 1521. De qualquer forma, e aqui há outro consenso, o século XVI conheceu duas fases. A primeira foi de predominância francesa e certamente envolveu episódios de guerras de religião como nas colônias no Rio de Janeiro e da Flórida, que abordaremos em momento oportuno em outros textos. Aqui nos centraremos no segundo período, na segunda metade do século, que teve predomínio inglês, já sob o comando da última Tudor.

A pirataria teve muito sucesso no século XVI. Não tanto por auferir lucros a todos que se lançavam ao mar para saquear cidades e navios ibéricos, mas sim por encontrar pouca resistência da parte dos que se advogavam o direito de monopólio sobre o Mar Oceano. As razões desse sucesso são enumeradas por vários autores. Serge Gruzinski e Carmen Bernand, por exemplo, enumeram três fatores²⁴. O primeiro deles seria a imperícia do sistema de defesas espanhol e português, ainda arcaico no século XVI. Tal fator só faz sentido, para os autores, quando complementado pela corrupção das autoridades ibéricas, que, muitas vezes, faziam acordos com corsários. Essa aceitação tácita faz sentido, já que os piratas traziam mercadorias mais baratas que os barcos da metrópole, pois não pagavam impostos (quase sempre nem o custo da mercadoria que vendiam). Depois de 1560, com a instituição da Carrera de Indias, tentou-se, em vão, contornar isso. O terceiro fator é o das facilidades geográficas. Somente o Caribe tem mais de um milhão de ilhas e cerca de 2,7 milhões de km², território pródigo em baías, portos e enseadas que favoreciam a atividade de piratas sem que estes fossem incomodados²⁵.

²⁴ BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo: as mestiçagens*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 609-11.

²⁵ Lembremos, contudo, que Espanha não sucumbe às investidas, mantendo um sistema muitas vezes falho, mas barato de defesa. Tal sistema de “custo mínimo” era baseado, na segunda metade do XVI, no sistema de frotas e fortificações. Paul E. Hoffman elaborou esta tese ainda nos anos 1970, em seu estudo *The Spanish crown and the defense of the Caribbean, 1535-1585*. Louisiana State University Press, 1980. Ainda assim, segundo sua apuração, os gastos defensivos de todo o império cresceram exponencialmente até o fim do século: entre 1535-47 foram de 35234 ducados; subiram para 67347 ducados entre 1548-63; para 130722 entre 1564-77; atingindo 245558 entre 1578-85. Cf. HOFFMAN, *Op. cit.*, p. 730. Gruzinski e Bernand ainda acrescentam que “até o fim do século XVI, eles pareciam ser um fenômeno temporário sobre o qual se triunfaria por uma resposta apropriada. Por volta de 1570, o número dos navios corsários não ultrapassava quarenta por ano, sendo ainda preciso distinguir entre os simples contrabandistas e os navios que saqueavam as costas. Depois dos ataques de Drake, de 1586, “a política de defesa do Caribe mudou de escala”, e Felipe II investiu em “um ambicioso programa de defesa, repousando em sistemas de fortificações”, cuja construção ficou a cargo do arquiteto e engenheiro italiano Juan Bautista Antonelli. *Op. cit.*, p. 615.

Na tradição ibérica, que nos toca mais detidamente neste artigo, a noção de pirataria estava diretamente ligada, como nos lembra Leandro Domingues Duran, à legitimação da colonização e do direito de posse que Espanha e Portugal se arro-garam sobre o Novo Mundo. Para aqueles países pioneiros na navegação europeia de longa distância e na conquista de territórios na Ásia, África e América, o pirata ou o corsário (os termos eram quase intercambiáveis²⁶) era aquele que lhes roubava a carga de um navio, quando não o próprio navio. Em pleno período de formação dos Estados Modernos, no qual a monopolização da violência pelo Estado, tanto no âmbito interno quanto no externo, tornava-se prerrogativa comum, mas não prática amplamente respeitada e reconhecida, as perspectivas monopolísticas ibéricas sobre mares e terras recém “descobertos” adentraram o cenário jurídico de outras nações.

Nas legislações da época, o pirata aparece como um homem contra o Estado, um estrangeiro invasor que deveria ser punido com a morte em certos casos ou com o pagamento do que roubou. Do outro lado, não podemos nos furtar de notar que a atividade de corso se converte no “braço armado, *de facto*, das nações inimigas da Espanha”. Afinal, os monarcas das potências retardatárias incentivam e começam, até certo ponto, a depender dos corsários porque eles são capazes de levar esse novo *status* de guerra europeia “a todos os confins do Mundo”, diante da “carência de uma autêntica frota naval oficial”²⁷.

Por fim, resta-nos pensar no porquê a atividade do corso tornou-se um episódio da guerra religiosa que se travava na Europa. Pensando as razões do sucesso da pirataria em si, Manuel Salmoval enumera três razões para que esta atividade antiga e comum nos mares próximos da Europa tenha grassado nas Américas a ponto de ter se tornado quase um sinônimo do Novo Mundo. A primeira e mais importante de todas seria a abundância de metais preciosos, que atraía tanto católicos quanto protestantes. Mais do que os metais em si ou se de fato a América os tivesse ou não em abundância, o que realmente motivou pessoas nas empresas de conquista e pirataria foram as notícias e fantasias sobre a abundância de prata e

²⁶ “O termo “pirata” não era o mais utilizado para se referir à ação de saque e pilhagem no mar, quando executada por indivíduos particulares por motivos que não iam além de suas questões privadas. Hakluyt [...] se utiliza, além do “pirata”, dos termos: “ladrões” e “viajante errante”. Hawkins, por sua vez, identifica o “pirata” ao “corsário”. É importante lembrarmos que na língua inglesa, o termo que designa o nosso “corsário” é o “*privateer*”. “*Corsair*”, na língua inglesa, permaneceu destinado, quase sempre, às referências com relação aos capitães e navios de origem muçulmana que atuavam no Mediterrâneo, tendo sido, posteriormente, associado também à “pirataria”. No entanto, o uso generalizado do termo “corsário” como referência para a prática de pilhagem no mar, inclusive àquela em que se pretendia dar um sentido criminal, não foi uma prerrogativa dos autores e cronistas da língua inglesa, e, portanto, não pode ser entendido como uma particularidade linguística cultural. Os documentos espanhóis e portugueses estão coalhados com essa terminologia (“corsário”) e ela é, sem dúvida, a preferida durante os séculos XV e XVI. [...] A diferença estava apenas no tipo do indivíduo que praticava a ação, ou seja, para a “pirataria doméstica” o termo “pirata” e para a “pirataria estrangeira”, o termo “corsário”. DURAN, *Op. cit.*, p. 83 e 87.

²⁷ LÓPEZ ZEA, Leopoldo. *Piratas del Caribe y Mar del Sur en el siglo XVI, 1497-1603*. México: UNAM-Facultad de Filosofía y Letras, Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos, 2003, p. 15.

ouro. Franceses e ingleses lançaram-se ao mar para tentar chegar a uma terra em que se pensava que o ouro dava em árvores, uma terra de Eldorados, de Cíobolas e outras cidades áureas descritas em publicações de sucesso do XVI. Como insistiu Edmundo O’Gorman (e tantos outros depois dele), era o mito asiático da riqueza sem fim, descrito em Mandeville e Marco Polo, migrado à América. As parcas e muitas vezes fantasiosas notícias das conquistas de grandes impérios indígenas estimularam aventureiros a cruzarem o Atlântico ou viverem nele, dentro de barcos, à espera de assaltar um galeão carregado de ouro. Poucos conseguiram fazê-lo e levar uma vida de fidalguia logo em seguida. A maioria passou o resto dos dias em embarcações, morrendo em naufrágios, de doenças ou nas mãos de inimigos e indígenas, à espera de uma riqueza fabulosa e quimérica.

A segunda razão seria o estado de pobreza e miséria de muitos países na Europa. Em nosso entender teria sido melhor Lucena Salmoval falar em concentração de renda e não em pobreza, mas, para o autor, diante desse quadro, incentivar a alternativa do curso virou política de Estado para monarquias sem terras no além mar. Ainda que o estudioso não as cite, corroboramos seu argumento ao mencionar as companhias de pirataria que se formaram na Europa, como a de Dieppe, onde o conde de Havre criou uma empresa cujos acionistas investiam em expedições de saque e pilhagem de navios ibéricos que voltavam da América e da Ásia, eram respaldadas pelos monarcas dos países em que se instalavam.

A terceira razão exposta por Salmoval seria a debilidade do Império espanhol. Para o autor, o enorme poderio militar da Espanha no Novo Mundo seria outra criação da Leyenda Negra²⁸. É possível reconhecer o alto grau de incerteza e o espectro de falha sempre presente em que todos viviam no início da Idade Moderna. Poucos aspectos da vida cotidiana daqueles seres humanos eram permanentes ou perenes: “carefully constructed relationships could crumble without warning because of changed policies or personnel in places thousands of miles away. Epidemic disease made all plans vulnerable, as did the presence of pirates”²⁹. Estamos acostumados a falar em conquista espanhola e supor que o país ibérico tomou conta do Novo Mundo tão logo se rendeu o último asteca ou o último inca. Mas lembremos que as cidades

²⁸ De fato, Thomas Gage, um dominicano inglês, em 1654, afirmou que os espanhóis eram (na mais legítima tradição da Leyenda Negra) o mais orgulhoso e pecador dos povos e que haviam sido incrivelmente violentos com os índios e com os ingleses nas Tortugas. Mas que, ao contrário do que se cria, “though the continent bee vast, and of many thousand miles, yett it is very thinnely peopled by Spaniards. [...] Within the maine land, in my time, in the greatest cities there was not one gun or field-piece, or wall, castle, or any bulwarke” (*A collection of the state papers of John Thurloe, Esq., secretary, first, to the Council of State, and afterwards to the two protectors, Oliver and Richard Cromwell [...] Containing papers from December MDCLIV to September MDCLV*. Londres: Woodward and Davis, Volume 3, 1742, p. 59. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=syRDAAAACAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0. Acesso em: 12 mai. 2014). O religioso prossegue afirmando que os espanhóis, por serem preguiçosos, impediram os índios, negros e mulattos de carregarem armas, e terem muitas facções entre si, não eram inimigos assim tão esplendorosos.

²⁹ KUPPERMANN, Karen. *The Atlantic in World History*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 2.

hispanoamericanas tinham de 50 a 150 *vecinos*, em média, no final do século XVI³⁰. Destes, nem todos podiam carregar armas ou estavam arregimentados para a defesa. Ao contrário: em um navio pirata como o *Jesus of Lubeck*, de John Hawkins, que tinha 140 homens prontos para o ataque, carregava-se mais potencial bélico do que o de uma vila inteira de espanhóis no Novo Mundo. As distâncias entre as cidades e vilarejos no século XVI eram enormes. Quando Walther Raleigh atacou Santo Tomé de la Guayana, em 1605, seus habitantes pediram socorro a Santa Fé de Bogotá, mas tiveram que esperar mais de 6 meses pela chegada da ajuda. Claro que, quando esta chegou, ela não era mais necessária.

Tais considerações não estão equivocadas. Muito pelo contrário, a associação entre ideais mercantilistas de comércio associado à guerra e à formação dos Estados Modernos é exata e acurada. Ela não é original de Lucena Salmoval e já era percebida em teóricos do século XIX³¹ (talvez até antes disso, se pensarmos as críticas liberais e iluministas ao Antigo regime), tendo sido revisitada em todo o século XX³². Para as demais nações, que tenho chamado de potências navais retardatárias, as ações ibéricas é que deveriam ser entendidas como criminais, na medida em que privavam, de forma incondicional, os homens comuns de direitos tidos como básicos e inalienáveis, principalmente do direito de navegar e contatar livremente outros povos, e de estabelecer pacíficas e proveitosas relações comerciais³³.

³⁰ HOFFMAN, P. La defensa de las Indias. *Historia general de España y América*. Madrid: Ed. Rialp, 1982. Tomo IX, p. 732.

³¹ Duran estuda a longa tradição de eruditos oitocentistas brasileiros e portugueses que “demonizam”, ainda na mesma lógica da posse dos mares e das terras vigente na Primeira modernidade, os “estrangeiros”. Um exemplo apenas, mas bastante ilustrativo, é o comentário crítico que Gonçalves Dias, na introdução da edição de 1849 da obra de Bernardo Pereira Berredo, *Anais Históricas*, faz disso: “O que é estrangeiro é vil e infame. Assim vê, nos índios, bárbaros; nos franceses, piratas; nos holandeses, heréticos e sacrílegos”.

³² MacFee, ao comentar as companhias comerciais dos séculos XVI e XVII, diz: “A ética dos operadores desses empreendimentos esta baseada na sobrevivência do mais forte. [...] Existia somente um regra no mar naqueles dias: destruir seu rival e obter o maior lucro no menor tempo possível. MCFEE, William. *The Law of the sea*. Londres: Faber and Faber, 1951, p. 138. Na mesma linha, Pérotin-Dumon escreveu: “Na Europa do século XVI, guerra e comércio andavam juntas. [...] Por um longo período, apenas aqueles preparados para se defenderem podiam levar a cabo viagens de longa distância. Se eles estavam preparados para enfrentar ataques, eles também estavam aparelhados para executar uma forma de comércio que requeresse o uso de força ou da ameaça para assim fazê-lo”. PÉROTIN-DUMON, Anne. *The Pirate and the Emperor: Power and the Law on the Seas, 1450-1850*. In: TRACY, James D. (ed.). *The Political Economy of Merchant Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991, p. 201-202.

³³ Com o tempo, os custos de frete aumentaram muito, principalmente em função dos “impuestos de avería”, espécie de seguro marítimo que se pagava à Casa de Contratação pelo serviço de escolta armada no Sistema de Frotas. As mercadorias chegaram a triplicar de preço porque tampouco alguns mercadores estavam dispostos a correr os riscos de atravessar o Atlântico. López Zea estima que 10% de tudo o que foi transportado até 1600 ficou nas mãos de piratas, corsários ou foi parar no fundo mar por conta de tempestades ou combates no mar. LOPEZ ZEA, *Op. cit.*, p. 16-17.

Nesse sentido, a ideia de que “Não haverá paz além da linha”³⁴, tem seu sentido comprovado empiricamente: segundo D. B. Quinn, entre 1570 e 1603, cerca de 200 barcos ingleses rondaram o Grande Caribe³⁵. Luis Brito informa que apenas nessa última década do século XVI, o valor das presas espanholas capturadas anualmente oscilou entre 100 mil e 200 mil libras, soma equivalente às importações espanholas à Inglaterra³⁶. Na prática, contudo, tanto ibéricos católicos quanto protestantes de quaisquer denominações, tivessem a prerrogativa que tivessem, praticavam pirataria³⁷.

Em suma, as razões apontadas para a existência da pirataria são todas verdadeiras e os autores têm razão em enumerá-las. Mas propomos uma leitura menos pautada na “Leyenda Negra”. Na verdade, podemos afirmar que o que se costuma dizer para os conquistadores espanhóis pode e deve ser igualmente atribuído aos piratas e corsários protestantes. Um exemplo é o cadinho cultural de “leituras” em que se formavam. Escrevemos leitura entre aspas porque obviamente nos reportamos a um mundo em sua maioria iletrado. Tal como os conquistadores espanhóis, a maioria dos “lobos do mar” não era leitor ativo, no sentido de ler de forma individualizada e em silêncio como fazemos hoje em dia. As práticas de leitura do XVI eram diferentes, como tantos autores demonstraram³⁸, e mesmo um iletrado poderia tomar contato com textos através de leituras em grupo, peças de teatro popular, ou até mesmo por contadores de história. Tal como a literatura de cavalaria teve enorme papel em estimular as esperanças de homens como Cortés, a literatura sobre riquezas nas Américas e a própria publicação de relatos de piratarias no XVII estimularam e muito a escolha pela vida no mar: “Exquemeling es quizá quien mejor representa esta fascinación y refleja el embrujo de tal médio sobre un habitante de la Europa de las brumas. En el ámbito inglês, Raleigh encarnó este atractivo por la aventura americana con su incesante búsqueda de quimeras y Dorados³⁹”.

³⁴ In peace or war in Europe, there was no peace beyond the line. [...] The “lines of amity” were verbally agreed upon by the French and Spanish negotiators of the Peace of Cateau-Cambrésis in 1559. They were to be the Tropic of Cancer and the prime meridian passing through Ferro in the Canaries. On the European side of both lines the treaty was to be binding; west and south of them it was to be disregarded. The agreement was a belated recognition of what had long been the practice. WILLIAMSON, James A. *Hawkins of Plymouth*. London: Adam and Charles Black, 1949, p. 46.

³⁵ QUINN, D.B. *England and the Discovery of America (1481–1620)*. New York: Knopf, 1974, p. 18

³⁶ *Op. cit.*, p. 115. John Maynard Keynes, em seu estudo clássico, sugere que as rendas trazidas pelo curso de Drake, por exemplo, deveriam ser considerados no cômputo das riquezas totais da Inglaterra elisabetana, pois a rainha as usou para custear despesas, pagar dívidas e constituir capital das Companhias das Índias Ocidentais.

³⁷ Cf., e.g. LERY, Jean de. *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil : autrement dite Amérique*. La Rochelle: A. Chuppin, 1578, p. 19-20. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb37229208k>. Acesso em 20 mai. 2014.

³⁸ Cf. Roger Chartier, Fernando Bouza e Carlos Alberto Sanchez apenas para enumerar três autores dos mais relevantes para isso.

³⁹ LUCENA SALMOVAL, *Op. cit.*, p. 29

Do nosso ponto de vista, a existência da pirataria na escala e abrangência em que ela se deu não pode ser restrita a uma única causa, mas sim a uma mistura de preocupações. E daqui por diante, retomaremos o fio condutor do início do texto e passaremos a tentar entender a pirataria também como episódio das guerras de religião. Afinal, muitos corsários anglicanos, huguenotes e calvinistas viram no assalto a navios e terras espanholas uma forma de privar o “sátrapa” da Espanha de sua fonte de recursos usados para financiar hostes de soldados que lutavam contra seus correligionários em Alemanha, Flandres e França. Felipe II, o “Diablo del Mediodía”, era visto como o monarca mais odiado de sua época pelos protestantes⁴⁰, como a cabeça a ser decepada para que o mundo se visse livre de “inmiser cordes opressores y exterminadores de indígenas”. Vingando-se dele, vingava-se o “sangre de essas víctimas inocentes” e ensinava-se “la verdadera religión a los sobrevivientes”, glorificando “la iglesia militante” ao assetar um “golpe al Anticristo”⁴¹. O fanatismo religioso dos piratas é facilmente visto nas muitas ações cometidas pelos corsários contra terras ibéricas, nas quais o saque e o butim também estavam ligados ao objetivo de destruição de imagens em igrejas, como veremos no item seguinte.

Negar os aspectos religiosos envolvendo a questão da pirataria é acreditar que a religião, em si, teve papel secundário na formação do Estado ou em questões econômicas do mercantilismo. Estado, guerra, economia e religião, na Primeira Modernidade, se entrelaçam. Mesmo se nos valermos de passagens canônicas do desencantamento do pensamento político no fim do XVI e início do XVII (normalmente atrelado a uma visão de Modernidade associada aos protestantes), como as de Gentili sobre a guerra contra os Turcos⁴², elas são pautadas em leituras da Bíblia e estão envoltas no jogo de refutações mútuas entre católicos e protestantes.

A partir de 1521, desde a Dieta de Worms, a Espanha se proclamaria como a inimiga acérrima dos estados protestantes. Alicia Meyer fala-nos de uma bifurcação do pensamento espanhol frente ao de outras nações: “surgió en el siglo XVI un esquema espiritual y político animado por una idea providencialista que haría de la patria de Felipe II la gran defensora de la religión”, de um programa de reforma religiosa para o mundo católico que também rechaçava enfaticamente o protestantismo, vinculando o “ódio nacionalista” e o “fervor religioso” em um conflito de grandes dimensões. As consequências disso se fizeram sentir em todo o mundo espanhol, que se via assolado por turcos, hereges, judeus e “toda sorte de emissários do Anticristo” no Velho Mundo, e por outros asseclas do demônio do outro lado do Atlântico. Para evitar que os problemas do Velho Mundo contaminassem a terra

⁴⁰ LUCENA SALMOVAL, *Op. cit.*, p. 27

⁴¹ HARING, C.H. *The Spanish Empire in America*. New York: Oxford University Press, 1947, p. 41.

⁴² Cf. O capítulo IX de seu *De Iuri Belli*, vol.1, intitulado “An bellum iustum sit pro religione”. Disponível em: <http://digitale.bibliothek.uni-halle.de/vd16/content/pageview/1301803>. Acesso em: 12 mai. 2014.

de missão que se configurava na América, o Estado espanhol se agenciou o direito de livrar seus súditos da heterodoxia e de “ilhá-los de toda contaminação herética”: “la consigna fue reservar terrenal y espiritualmente las posesiones ultramarinas para el catolicismo, al mismo tiempo que se llevaba adelante el esfuerzo misional evangelizador con los índios”⁴³.

Isso pode ser visto na real cédula de Felipe II, de 25 de janeiro de 1569, que mandava implementar o Tribunal do Santo Ofício na Nova Espanha:

Y porque los que están fuera de la obediencia y devoción de la santa Iglesia Católica Romana, obstinados en sus errores y herejías, siempre procuran pervertir y apartar de nuestra santa fe católica a los fieles y devotos cristianos [...] el verdadero remedio consiste en desviar y excluir del todo la comunicación con los herejes y sospechosos, castigando y extirpando sus errores, por evitar y estorbar que pase tan gran ofensa de la Santa fe y religión católica a aquellas partes , y que los naturales de ellas sean pervertidos con nuevas, falsas y reprobadas doctrinas y errores⁴⁴.

Todo o vocabulário marítimo (como “ilhar”, por exemplo), bem como o de corpo doente e dos remédios necessários para curá-lo remontam à discussão que já fizemos. O próprio mar, em si, carrega uma tensão narrativa. São inúmeras as passagens bíblicas que falam em águas como purificação, renovação, regeneração. Mas quando associadas ao mar, as águas, que alimentam e purificam, tornam-se esquivas, até mesmo maléficas. Na Bíblia, o mar é o sinal de hostilidade de Deus. Nele se mergulha a humanidade condenada (Gn 7:17); nele se afogam os exércitos do Faraó (Ex. 14:25); ele se aplaca quando vê Jonas ser engolido por um grande peixe (Jonas 2:1); enquanto todos o temem por sua fúria, Jesus o domina, andando sobre suas águas. Sua água não é potável.

Para Brito, o pirata, ao escolher a vida nas águas, encarnava a dessacralização que o mar naturalmente faz das águas. Se as águas são fonte de vida, meio de purificação e esperança de regeneração, o pirata dessacra todos esses significados: “así como el agua es el origen, es el pirata nuncio de la disolucion final; si aquella limpia, el pirata envilece; si el agua regenera, el pirata masacra”. O próprio navio, transformado em arma de seus crimes, maior que um simples punhal, torna o criminoso maior que o próprio crime. O imaginário sobre a barca, em si, que pode ser o ventre de Maria prefigurado na Arca que prometia continuidade redimida mesmo após as enchentes torrenciais, a tábua de Salvação, a nau de Pedro, transforma-se na “barca de los muertos que atraviesa la Estigia. Desde el puente de la nave pirata nos acechan criaturas del inframundo, dispuestas

⁴³ MAYER, *Op. cit.*, p. 19.

⁴⁴ Real cédula de creación del Santo Oficio de la Inquisición. Disponível em: <http://www.inep.org/Textos/1Independencia/1569DRT.html>. Acesso em: 20 mai. 2014.

a perseguirnos bajo el inafamante pabellón descarnado antes que haya llegado nuestra hora.” Logo, o pirata representava a deliberada escolha pela fúria demoníaca do mar. Entregar-se ao mar é ilhar-se, pois abandona-se o suporte firme e constante da terra. Como a Nau dos insensatos, desgarrá-se do mundo e de suas leis ao se embarcar em uma nau pirata, criando para si leis próprias⁴⁵.

A ação de piratas vista como episódio das Guerras de religião

a) “Luteranos” e a punição ao catolicismo

Em julho de 1554, um corsário huguenote chamado Jacques de Sore desembarcou em Santiago de Cuba com cerca de 300 homens, em um número de barcos que pode variar de 3 até 20, dependendo da fonte. Sabemos muito pouco sobre o normando Jacques de Sore (ou Sores), mas seu assalto atrás de “ouro” em Cuba é mencionado muitas vezes, chegando a ganhar ilustrações do ateliê de Theodor de Bry. Ele encontrou uma cidade com pouca defesa e não lhe foi difícil capturar a fortaleza, incendiar a cidade e saqueá-la, não poupando nem seu hospital.

Até aqui, nada de mais além do imaginário clássico do pirata sanguinário e sedento por ouro. Na verdade, a maioria dos estudos sobre pirataria e corso se concentra nessas passagens dos documentos de época. Mas os documentos também são unânimes em mencionar que, durante o saque de Santiago, Sore toma como refém ao bispo, de quem rouba os pertences, pedindo um resgate de 80 mil pesos por sua cabeça e pela de outros prisioneiros. Ademais, Sore manda queimar o porto da cidade, para “ofender ao papa”.

O mesmo Sore, no ano seguinte, ao saquear Santa Marta, rouba as joias da Igreja e, ao não receber um resgate de 600 pesos, incendeia a cidade. Em julho do mesmo 1565, invade Havana e se apodera de seu forte, mas enfrenta resistência local e é ferido. Como vingança, mata pessoalmente 31 prisioneiros espanhóis e encena uma pantomina anticatólica: “sus piratas se han vestido las casullas y ornamentos de los sacerdotes, pintándose las caras groseramente, y han desfilado en el altar mayor. Uno de ellos, disfrazado de obispo, llevaba en una cuerda a un puerco. Las imágenes de la Virgen y de santos han sido maltratadas, los cuadros se han rasgado con puñales y a los sacerdotes auténticos se les ha obligado a insultar los libros santos”⁴⁶.

A fama de sacrílego de Sore o antecede em sua volta à França, próximo da paz de Cateau-Cambresis. Quando ele tenta uma patente de corso, esta lhe é negada porque se achava que seria uma provocação aos brios espanhóis. Isso não o impede de voltar à América. Em 1567, Jacques Sore (que os espanhóis chamam de

⁴⁵ BRITO, *Op. cit.*, p. 29-30

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 131.

Santiago Sorés), atuando sob a proteção do almirante Gaspar de Coligny e de seus planos de expansão sobre o continente americano e a quem pagava a décima parte de seu butim, voltaria para cá, mataria e jogaria ao mar 40 jesuítas, antes que seu rastro se perdesse na documentação.

Histórias como estas, de corsários e piratas que invadem cidades e destroem altares, queimam imagens de santos, insultam ou mesmo matam religiosos católicos, são regra entre as histórias conhecidas de piratas no XVI. Ações como essa eram comuns nas guerras de religião na Europa e se viram reproduzidas do outro lado do oceano. Se os espanhóis queimaram, destruíram templos indígenas no Peru e no México, perseguindo seus sacerdotes, ateando fogo a seus códices por serem idolátricos, o mesmo foi feito por protestantes piratas que aportavam por aqui buscando enriquecimento fácil e fama.

Apenas para efeito de ilustração, sigamos algumas ações de um filho de um rico armador de Plymouth, um homem chamado John Hawkins. Ajudado por portugueses, dirige-se à costa de Serra Leoa, adquire escravos, vende-os em Santo Domingo e na grande feira de escravos do porto de Cartagena. Em 1562, na Hispaniola, ele troca trezentos negros por gengibre e couros, mas comete a imprudência de revender sua mercadoria em Sevilha. Sua carga é tomada e a Coroa espanhola protesta junto à rainha Elizabeth. Até aqui, mais uma vez, apenas uma narrativa do “espírito livre e empreendedor” de piratas e corsários que atuavam sem respeitar outras regras que não as do livre comércio e livre iniciativa.

Mas Hawkins, como Hernán Cortés no México, se via como um homem numa missão divina. O lobo do mar impôs aos seus marujos a obrigação de “servir a Dios diariamente y amarse los unos a los otros”. A ideia de que era um eleito de Deus para realizar suas atividades ficou clara quando ele escreveu em seu diário de bordo que, ao escapar de cair prisioneiro de africanos a quem tentava escravizar para vender do outro lado do Atlântico: “Dios que dirige siempre hacia bien aun las cosas que parecen peores, no há permitido que yo cayese prisionero [...] El Todopoderoso jamás consiente que sucumban sus elegidos”⁴⁷.

Quando Hawkins, já sob o protetorado de sua monarca, decide buscar a passagem para o Mar do Sul ou outra forma de chegar ao Pacífico, sua estratégia é bastante interessante. Antes de realizar esse ambicioso projeto, ele busca se aliar a negros quilombolas que viviam em três núcleos densamente povoados na região de Darién, no istmo do Panamá, politicamente vinculado a Lima. As cidades voltadas ao Atlântico dessa importante região, como Nombre de Dios e Portobelo, vivem em função do Sistema de Frotas, portanto só ganham vida alguns dias por ano. Nos demais, são literalmente vilarejos parcamente povoados, entregues a doenças e fome, pois seus habitantes (sazonais na maioria) retiram-se para outras cidades mais salubres e movimentadas, situadas na costa Pacífica.

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 81.

Bernard e Gruzinski nos informam que a maioria dos africanos escondidos naquela região viviam em verdadeiras cidades, maiores e mais articuladas que as espanholas. Tinham origem mandinga do Mali, mas havia também uolofes; todos com um histórico de violência contra seus antigos proprietários. Falavam um idioma próprio, misturando espanhol com línguas indígenas e africanas. Mantinham-se praticantes do “catolicismo”, embora entre eles não vivesse padre, nem houvesse igrejas.

Hawkins, à época, associara-se a um jovem corsário que se tornaria uma lenda anos mais tarde: Francis Drake. Em maio de 1572, sob o comando de Drake, dois navios e três barcaças zarpam de Plymouth para tentar se apoderar dos comboios de prata de Potosí que passavam pelo Panamá, nos arredores de Venta de Cruces, em seu caminho para a Frota daquele ano. Ao tomar ciência de que os habitantes de Nombre de Dios viviam em constantes escaramuças com os cimarrones que lhes rodeavam, Drake tem a ideia de aliar-se aos negros revoltosos⁴⁸.

Quando desembarca na costa atlântica do istmo, os cimarrones, que também têm sua rede de informantes, já esperam sua chegada. Guiados pelos quilombolas, Drake e seus homens adentram a floresta até chegarem a uma de suas aldeias, descrita por ele como “muito policiada e muito limpa”. Seus habitantes “se lavam no rio e mudam frequentemente as roupas, que são muito belas e bem confeccionadas, à moda espanhola, embora de aparência mais modesta”⁴⁹.

Ali ocorre um episódio emblemático para nosso argumento. Não bastava apenas se associar aos quilombolas em troca de auxílio para obter o metal precioso de Potosí. Não se tratava apenas de uma guerra contra a política de monopólio e de posse auto imputada pelos espanhóis. Tratava-se também de uma guerra pela verdade da fé. Drake e seus homens dissuadem os cimarrones de adorar a cruz católica e os incentivam a adotar a fé reformada:

Touching their affection in Religion, they have no kinde of Priests, only they held the Crosse in great reputation: but at our Captaine perswasion, they were contented to leave their Crosses and to learn the Lords prayer, and to be instructed in some measure concerning Gods true worship⁵⁰

Por que um corsário, fosse seu objetivo apenas o de saquear e pilhar, gastaria seu tempo para ensinar a cimarrones panamenhos “algumas medidas concernentes à verdadeira adoração de Deus”? Isso nos mostra a pirataria como uma for-

⁴⁸ Sabemos de tudo isso por um memorial revisado pelo próprio Drake e publicado por seu sobrinho, em 1628, em Londres: *Sir Francis Drake Revived; Calling upon this Dull or Effeminate Age to Follow His Noble Steps for Gold and Silver*, que pode ser consultado em: <https://archive.org/details/sirfrancis-draker00nichrich>. Acesso em 02 abril 2014.

⁴⁹ “In this Towne we saw they lived very civilly and Cleanely: for as soone as we came thither they wartied themselves in the River, and changed their apparell, which Was very fine and fitly made (as also their Women doe weare) somewhat after the Spanilb fashion, though no thing so softly”. *Idem, ibidem*, p. 51

⁵⁰ *Idem, Ibidem*, p. 52 e 53.

ma de batalha nas guerras de religião, guerras que, como temos argumentado, eram feitas entremeando economia, política e a verdade da fé. Para Drake (em um modelo que Walter Raleigh repetirá nas Antilhas anos mais tarde), ensinar a verdadeira fé e fazer um acordo com quilombolas ou indígenas nos termos da fé reformada, era uma forma de sacramentar uma política de alianças contra o monopólio espanhol nas Américas. Com seus novos aliados, Drake ataca Venta de Cruces. Depois, apenas com seus homens, ainda antes de voltar triunfalmente a Plymouth, incursiona pelas costas do Caribe, atacando Havana, Jamaica, Nova Espanha e Cartagena.

Tais práticas e visão de mundo são também corroboradas por outros documentos. Vamos a um último exemplo. Em outubro 1567, Hawkins leva cerca de 1000 homens divididos em dois galeões (*Jesus of Lubeck* e *Minion*) da Marinha Britânica, pessoalmente cedidos por Elizabeth em retribuição aos serviços prestados por seu súdito, além de quatro outras naus privadas de menor envergadura (*William and John*, *Swallow*, *Judith* e *Angel*). Costeando o litoral de Yucatán, a expedição é surpreendida por uma tempestade e procura refúgio em San Juan de Ulúa, uma ilha ao largo da enseada de Veracruz. Lá são novamente surpreendidos pela má fortuna: são abordados por navios da frota que transporta o vice-rei da Nova Espanha, D. Martín Enríquez. Depois de negociar, as partes chegam a um acordo e o vice-rei garante que as naus de Hawkins podiam ali fundear e que o inglês poderia comerciar seus escravos (roubados de portugueses) com a Frota espanhola que acabara de aportar. Os espanhóis, contudo, romperam a trégua e tentaram envenenar o corsário em um jantar. No dia seguinte, atacaram seus navios enquanto todos dormiam, causando a perda do *Minion*. Nesse momento, Hawkins teria gritado a fórmula cristã: “Dios y San Jorge, sobre estos traidores villanos, y rescatar a la Minion, yo confio en Dios que el día será nuestro!”⁵¹. A herança cristã comum entre católicos espanhóis e anglicanos aparece na fórmula de invocação de santos padroeiros e da intervenção da Providência divina para favorecimento em batalhas.

Depois de um dia todo de luta renhida, com perdas maciças de ambos os lados do combate, os espanhóis se retiraram, e as hostes de Hawkins reuniram-se para reparos e cuidados dos muitos feridos em frente a San Juan de Ulúa. Um dos principais relatos deste combate vem de Horthrop, um dos homens de artilharia do corsário inglês. Em pouco tempo, o combate recomeçou e, embora os ingleses tenham conseguido uma vitória pírrica na narrativa de Horthrop, capaz de contabilizar 540 perdas humanas entre os 1500 homens espanhóis, ela não veio sem estragos. O jovem Drake abandona seu colega Hawkins à própria sorte e consegue voltar à Inglaterra com seu navio, mas a nau capitânia dos piratas, o *Jesus of Lubeck*, fora capturada e o *Minion* ficara destruído; muitas outras embarcações menores fizeram água ou estavam muito avariadas. A vitória na batalha custou também todo o pouco lucro conseguido com os saques e vendas até então.

⁵¹ LOPEZ ZEA, *Op. cit.*, p. 112-113.

O estado lastimável da nau remanescente de Hawkins obrigou-o a deixar 96 ou 114 homens em terra (os relatos variam nos números), perto de Tampico, e regressar com os restantes para a Inglaterra. Dos que ficaram em terra, alguns produziram relatos que chegaram até nós: o artilheiro Horthrop, os marinheiros David Alexandre, Miles Phillips e William Calens (ou Collins), que nos informam que seu capitão os deixou em terra com lágrimas nos olhos, prometendo voltar para resgatá-los; que os deixou com “poucas armas e sem nenhum livro de fé” para que os espanhóis os poupassem a ver que estavam em paz e não em guerra, mas que estavam entre duas opções terríveis: ficar no barco, sem alimentos e avariado, arriscando-se a morrer no mar durante a travessia de volta, ou permanecer em terra, com o risco de serem mortos por “índios bravos” e espanhóis. Hawkins nunca voltaria. O restante da sentença cumpriu-se quase à risca. O *Minion* conseguiu regressar à Inglaterra, mas muitos pereceram na viagem de volta: dos 95 que zarparam, 80 morreram em decorrência de ferimentos estuporados, escorbuto, fome e sede. Dos remanescentes em terra, metade foi morta por indígenas ou de “febres”. Os que chegaram vivos a Veracruz, todos foram aprisionados e encaminhados não ao braço civil da Justiça, mas ao Tribunal da Inquisição. A maioria seria condenada às galeras, mas outros, que não abjuraram sua fé, foram queimados por “luteranismo”. Apenas 3 retornaram à Inglaterra em 1569.

Segundo a declaração de Collins ao Tribunal da Inquisição, todos os membros da frota, dois meses antes da partida, ainda em Plymouth, ouviram sermões de um pastor “luterano”, que defendeu e ensinou a doutrina protestante. Collins acrescentou que havia a bordo livros “luteranos” no vernáculo inglês, usados para “pregar e ensinar a fé” protestante, por meio de salmos e outras cerimônias “luteranas, sem invocar a Virgem e os santos”⁵². Morgan Tiller, outro membro da expedição julgado pelo Santo Ofício Novohispano, confirmou que Hawkins e Drake eram conhecidos como “grandes luteranos, que disseram publicamente coisas ruins e feias sobre a igreja” romana⁵³.

b) Católicos versus “luteranos”

Já argumentamos como o Novo Mundo era visto como um bastião contra o “luteranismo” e os espanhóis vão se esforçar para que isso permanecesse assim. Do lado católico, as ações de corso eram percebidas, pois, como ofensas à verdade da fé. Gianandrea Nelli Feroci remete-nos à Real Cédula de 10 de julho de 1561, na qual Felipe II formalizou a existência do sistema de Frotas, como prova da relação entre pirataria e protestantismo, pois, no documento, o monarca espanhol manda

⁵² Archivo General de la Nación – Universidad Autónoma de México (AGN – UAM). *Corsarios Franceses e ingleses en la Inquisición de Nueva España: siglo XVI*, (México: Imprenta Universitaria, 1945). Declaración de William Collins al Tribunal de la Inquisición, México, 26 de enero 1573, p. 444-446.

⁵³ AGN-UAM, *Op. cit.*, Testigo de Morgan Tiller, tomada en el proceso contra David Alexander, Méjico, 9 de diciembre 1572, p. 237 – 238.

que Pedro Menéndez de Avilés, comandante da frota, enforque sistematicamente todos os piratas sobre os quais paira suspeita de serem luteranos⁵⁴. No primeiro auto de fé levado a cabo na cidade do México pela Inquisição institucionalizada, em 1574, praticamente todos os condenados eram corsários ingleses e franceses capturados nas costas de Yucatán. Vale lembrar que, à época, era comum libertar piratas com carta de corso, para se evitar incidentes diplomáticos de maior envergadura, mas entregá-los à Inquisição para que fossem julgados como hereges dava ao fato outra dimensão.

Na verdade, o que vemos é um escalonar generalizado de hostilidades na segunda metade do século XVI de forma geral: um pico de conflitos entre huguenotes e ibéricos nos anos 1560, e um crescimento de violência física e retórica depois da ascensão de Elizabeth ao trono inglês. No fim dos anos 1560, as relações entre Espanha e Inglaterra deterioram-se de maneira irreversível: “em março de 1570, o papa excomunga a rainha Elizabeth. Um mês depois, o embaixador da Espanha na Inglaterra, Guerau de Spés, comunica a Felipe II rumores que correm em Londres: os ingleses querem tomar o controle do estreito de Magalhães a fim de dominar as rotas do Novo Mundo⁵⁵”. Fatores religiosos e políticos, diplomáticos e econômicos, misturavam-se a questões de fé. Na década de 1580, a Espanha estava em um momento feliz no plano da diplomacia e da guerra. Isabel de Valois, depois de décadas de conflitos, assegurava uma aliança momentânea com uma França debilitada internamente pelas guerras de religião. O Sacro império era um aliado (ainda que esfacelado pela Reforma). A Holanda parecia estar à beira da pacificação. Os turcos haviam sofrido um tremendo revés em Lepanto. Portugal acabara de ser incorporado ao império espanhol, trazendo em seu bojo os domínios lusos na América, África e Ásia.

Como dissemos, as relações com a Inglaterra deterioravam-se rapidamente. Tão logo enviuvara de María Tudor, Felipe II propôs casar-se com sua sucessora, Elizabeth. A nova monarca tinha outros planos: não só recusou o convite, como enviou milhares de soldados para apoiar uma rebelião anti-espanhola em Flandres; ficou ao lado do Prior do Crato em sua disputa pelo trono português e passou a dirigir (e às vezes até a financiar) ataques corsários a navios espanhóis. Essa guerra velada contra a Espanha é tornada aberta pelo monarca ibérico, que lia o momento de seu reino como especialmente favorável para isso.

Tomemos o exemplo de Drake, mais uma vez, para mostrarmos como estas hostilidades se deram no campo da pirataria e como elas foram vistas como um episódio de Guerra religiosa. Drake, nessa época, tornou-se o primeiro marinheiro a repetir a façanha de Fernão de Magalhães e de Juan Sebastián Elcano, ganhando,

⁵⁴ FEROCI, Gianandrea. Piratas: Herejes en las Costas de América Central, Yucatán y Caribe. Siglos XVI-XVII, *Boletín de la AFEHC*, n. 58, 2013, p. 2. Não podemos esquecer que o mesmo Menéndez de Avilés passa a fio de espada os huguenotes da Florida, em 1565, e manda escrever diante dos corpos massacrados que os matava “não por serem franceses, mas por luteranos”.

⁵⁵ BERNAND & GRUZINSKI, *Op. cit.*, p. 618.

por isso, a nomeação de almirante pela rainha inglesa, além de uma imensa fama feita às custas de suas ações de corso contra a Espanha e seus territórios no além-mar. No ataque de 1585 comandado por Drake a Santo Domingo, um alvo preferencial foram as igrejas, que arderam em chamas quase em sua totalidade. O comandante mandou enforcar em praça pública os dominicanos enfermos que encontrou na cidade, fazendo uma paródia de um auto de fé. Essas e muitas outras ações de Drake chegaram até nós contadas por um religioso espanhol, frei Pedro Simón. Nas palavras dele, as ações de Drake eram anticatólicas em essência. É claro que temos que ponderar o peso retórico dos escritos de Simón, marcados pelo martirologio e pela criação de um antagonismo grande entre os “vilões” ingleses e os “pobres coitados” espanhóis que caíam em suas mãos. O mesmo jogo de vícios e virtudes, vitupério e elogio, que já abordamos no início deste texto (voltaremos a isso em breve). O religioso relata que quando os homens de Drake estiveram em Cartagena fizeram “mil lamentables vituperios a las imágenes de las iglesias, que por estar pintadas, no se pudieron esconder, ni reservar su ira. Predicaban casi todos los días la secta de Lutero desde los corredores de la casa del gobernador y en otras partes públicas y capaces para juntarse auditorio a sus prédicas⁵⁶”. Em Santa Marta, em 1585, os mesmos ingleses teriam posto uma imagem da virgem de joelhos e lhe cortaram os braços.

O caráter herético dos corsários, ainda segundo Simón, teria colocado o próprio clero nas fileiras de batalha: na defesa de Cartagena, em 1586, estiveram perfilados ao lado dos soldados, “el obispo, llamado Fray Juan de Montalvo, gran predicador y mayor prelado, de la Orden de Santo Domingo, a quien acompañaban todos sus Prebendados y Clérigos, Fray Bartolomé de Sierra. Prior del convento de Santo Domingo, con todos sus frailes, y Fray Sebastián de Garibay, Guardián de San Francisco, con todos los suyos, todos esforzados y valientes y con ánimo de perder las vidas en defensa de la Fe de Cristo y de aquella Ciudad”⁵⁷.

Em meio às ações de Drake no Novo Mundo, um misto de razões mercantis⁵⁸, diplomáticas⁵⁹ e religiosas⁶⁰ motiva a guerra entre Espanha e Inglaterra. Con-

⁵⁶ SIMÓN, Pedro. *Noticias historiales de las conquistas de Tierra Firme en las Indias occidentales*. Bogotá: M. Rivas, 1882, v. 5, p. 122.

⁵⁷ *Idem, Ibidem*, t. VII, p. 290.

⁵⁸ A Espanha desejava reaver praças nos Países Baixos tomadas pelos ingleses, além de intentar interromper a ascensão náutica inglesa, que fustigava os navios espanhóis, ameaçando-os no monopólio do Mar Oceano.

⁵⁹ Quanto a la navegación de las mercaderías negocio es importantísimo en que su Majestad debe poner muy de veras el remedio que fuere posible, pues por ella se llevan y traen las mercaderías con tan poca seguridad y concierto que da lástima pensar en ello ver la grandísima suma de haciendas que se envían en navíos desarmados y cuán fácilmente, y sin resistencia alguna, los toman corsarios de mucho menor porte por falta de no llevar armas ni gente bastante, y lo principal por la mala fábrica de los navíos españoles, lo cual acontece al contrario a los navíos extranjeros que por maravilla les podemos tomar ninguno por navegar con reputación, siendo mayores y mejor gente, y así permiten nuestros pecados que nos tomen grandísima suma de haciendas. Ayuntamiento de Burgos, 1582, comunicado a seus procuradores reunidos em cortes. BRITO, *Op. cit.*, p. 145

centremo-nos nos religiosos. Quando o Marquês de Santa Cruz, um veterano da batalha de Lepanto, propõe, em 1586, que Felipe II planeje uma invasão da Inglaterra pelo mar, a principal reivindicação era impedir que “viva y reine una mujer hereje que tantomal ha causadocen aquel Reino”. Nas instruções imperiais dadas ao Duque de Medina Sidonia, comandante da Invencível Armada, o monarca exige dos ingleses “que se restablezca la libertad de la santa religión católica em todo el reino y que los católicos exilados en el continente puedan regressar y recuperar sus bienes⁶¹”.

Consagrado na derrota da Espanha, Drake ainda viajaria uma última vez ao Caribe, novamente ao lado de Hawkins. Em 1595, os dois ingleses zarparam para as Índias com o intuito de dirigir-se ao istmo e passar para o Peru. É uma expedição importante, da qual participam seis navios e onze barcaças, assim como uma tropa de dois mil e quinhentos soldados, colocados sob as ordens de Sir Thomas Baskerville. Mas Hawkins e Drake estão alquebrados. Doente e idoso, o primeiro sucumbe durante a travessia.

Perdida a batalha pela Inglaterra, os espanhóis não estavam dispostos a perder a guerra pelo *Mare Clausum* e preparam cuidadosamente uma resposta tão logo as naus inglesas são avistadas em Porto Rico. Os cimarrones panamenhos são cooptados e assinam um tratado de paz com os espanhóis. Do Peru, chega um veterano da guerra de Flandres, o governador do Chile, Dom Alonso de Sotomayor. Armamentos e carregamentos de pólvora chegam às novas fortificações feitas para proteger o estuário do rio Chagres, enquanto guarnições controlam Vallano e Venta de Cruces. Rechaçados pelos espanhóis, Thomas Baskerville e Drake têm de reembarcar. Algum tempo depois, Drake morre num acesso de disenteria. A notícia de sua morte se espalha por toda a Europa⁶². Na Espanha, Lope de Vega dedica-lhe uma epopeia, “La Dragontea”, em que compara, no canto I, as ações de corso à ameaça maometana:

Ansi viuen los siervos de Mahoma,/Los de Lutero, y su Dragon caminan/
Al puerto, q del vuestro el nõbre toma,/Por dõde a Panama, su armada inclina:/
Del Moro,Italia, y su cabeça Ro-

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 146. O matemático e astrônomo germânico Regiomontanus prevê um eclipse solar para fevereiro de 1588, e dois lunares para março e agosto do mesmo ano. Ao mesmo tempo, Saturno, Júpiter e Marte se reuniriam em “uma nefasta conjunção sobre a órbita da Lua”. Disso deduz que: Mil años después del nacimiento de la Virgen/ y tras quinientos más concedidos al globo/ el asombroso año ochenta y ocho empieza/y trae con él bastante terrores. Sí este ano/ no trae una catástrofe total, si la tierra/ y el mar no sufren un colapso, una total ruina/ traerá por lo menos revoluciones mundiales/desaparecerán imperios, y por todas partes/sonarán grades lamentos”. Os astrónomos Johan Stoffler, Leovitius e Guillaume Postel confirmam as previsões de Regiomontanus. O Papa reúne seus sábios e os conselheiros do Cardeal Allen assinalam que as profecias de Merlin vaticinam para aquela data a destruição do reino de Uther Pendragón. A vidente Lucrecia León tem visões em sonhos sobre a perda da Espanha e sobre a morte de Felipe II, porque este teria supostamente assassinado seu filho Carlos e a Isabel de Valois.

⁶¹ *Apud* LUCENA SALMOVAL, *Op. cit.*, p. 95.

⁶² BERNAND & GRUZINSKI, *Op. cit.*, p. 618-20.

ma,/España de cossarios que la minan,/ America, de aquellaDragon fiero/Se quexan, al remedio verdadero/[...] Aquel Dragon de la cruel Medea/Fracisco Draque, de correr cansado,/Los mismos paralelos que passea/Del Aries de oro, al Pez el Sol dorado:/[...]⁶³

O nome Drake (Draque) se transforma em Draco, o Dragão, besta apocalíptica da “cruel Medeia”, a rainha herege com poderes de feiticeira que governa Albion. Neste momento é que frei Simón escreve uma biografia de Drake, dando-lhe os epítetos de “descomulgado hereje”, “luterano” e “hereje pirata”. Suas ações (vimos algumas acima), ao menos como descritas por Simón, transformam o pirata em um ser luciferino⁶⁴, uma pessoa com um pacto com o demonio: “confirmaron muchos la opinión que se tenía del en su patria natural y en otras partes, de que tenía algún demonio familiar y que le tenía hecho pacto de darle a cierto tiempo su alma en pago de lo que hacia él, y algunas victorias que le dio”, escreve quando narra sua morte.

O religioso afirma escrever, assim como o fizera Francisco de Borja no prólogo da “Dragontea”, para alertar os espanhóis e não para louvar os feitos de Drake, pois “el descuido de unos suele hacer valientes a sus enemigos, por ser tan opuestos el descuido al descuidado, como sucedió a los nuestros con este inglés”. Drake estava prefigurado em Macabeus, livro II: “no se admiren ni espanten de los infelices sucesos que en él se cuentan [...]. Antes piensen que sucedieron no para la destrucción de nuestro pueblo, sino para su corrección, pues es cierto que el no consentir Dios que el pecador esté mucho tiempo en su culpa, y el no dejarle obrar según su parecer, sino castigarlo luego, muestras son de gran beneficio y merced suya⁶⁵”.

Conclusão

Como vimos, ao longo do século XVI, um imenso perigo podia vir pelo já perigoso mar. Tal perigo estava configurado na forma de corsários, piratas, que podiam muito bem agir como mercadores. Sua simples presença física, seus corpos eram perigosos e precisavam ser combatidos, presos e levados à Inquisição. Mais do que isso, seus livros e ideias eram perigosos. A recomendação dada por Hawkins aos marujos que deixa na Nova Espanha é muito interessante porque nos mostra

⁶³ LOPE DE VEGA, *La hermosura de Angelica: Con otras diuersas rimas*. Madri: Pedro Madrigal, 1602, p. 357. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=Nkf22GWx5XIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 12 mai. 2014.

⁶⁴ Los tópicos españoles sobre piratería en la biografía de Francis Drake escrita por el cronista Fray Pedro Simon en el Siglo XVII - Autor: Manuel Lucena Salmoral

⁶⁵ SIMÓN, *Op. cit.*, t. VI, p. 154-155.

que portar livros heréticos equivalia a portar armas. Não carregá-los, pelo contrário, mostraria boa fé.

Os estragos que essa arma, o livro herético, mas também o corpo do herético, receptáculo difusor de ideias infecciosas capazes de inundar os mares de Deus, um mar que deveria ser fechado aos ibéricos (logo à verdade da fé que representavam), eram potencialmente enormes. Acusações desse tipo estão em vários dos processos guardados no Archivo General de la Nación, no México. Pierre Sanfroy, um pirata francês capturado em Yucatan, em 1571, foi acusado de apostasia, iconoclastia, profanação de templos, de desprezar o sacramento da comunhão, negar a virgindade de Maria, ingerir carne em dias proibidos e de negar a existência dos santos. Tudo isso seria muito danoso, em si, mas, o pior, ele carregava consigo “livros sagrados escritos em vernáculo” e foi acusado de fazer proselitismo em favor do luteranismo (ou seja, de ser um agente infeccioso no corpo são das Américas, ao difundir as “ideias daninhas”).

Feroci calculou que nos primeiros trinta anos de atividade dos Tribunais do Santo Ofício apenas uma pequena parcela dos acusados respondia por “luteranismo”, provando que a América se via como um bastião antiprotestante. Destes poucos réus, 5% foram *relajados en persona*, condenados à fogueira, percentual superado apenas pelos acusados de judaizantes. Ou seja, embora o luteranismo tenha sido quantitativamente sem importância para a inquisição americana, ele foi severamente punido⁶⁶, mostrando sua importância simbólica.

Na segunda metade do XVI, o efeito das guerras religiosas na Europa e no Mundo Atlântico de forma geral havia fundido significantes e significados: para um espanhol, um inglês, holandês ou francês qualquer era quase automaticamente um “luterano”, uma fusão de nacionalidade e denominação religiosa. Logo, manter o Mar Oceano sob domínio espanhol era manter controlados os danos da Reforma e buscar a restauração da unidade da fé quebrada por Lutero “e seus asseclas”. Daí a percepção arguta da leitura tipológica de Mendieta em fins do século XVI: era plano de Deus, onisciente, que Cortés e Lutero nascessem no mesmo ano. Um seria o novo Moisés. O outro o Anticristo, a besta do fim dos tempos. Um asseguraria o remédio ao mal que o outro causaria. À Espanha caberia a glória do triunfo da verdadeira fé. As águas estariam repletas de perigosos hereges, mas o remédio para mantê-los longe dos mares de Deus já estava antecipado pela Providência antes mesmo de tudo ocorrer.

Artigo recebido em 12 de março de 2014.

Aprovado em 20 de junho de 2014.

⁶⁶ FEROCI, *Op. cit.*, p. 1.